

**A EMIGRAÇÃO DO CONCELHO DA MAIA
PARA O BRASIL E VENEZUELA (1948–1974)**

CELESTE CASTRO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da emigração do concelho da Maia, para o Brasil e a Venezuela, para o período de 1948 a 1974. A sua realização só foi possível mediante o tratamento e análise dos dados recolhidos nos *Boletins de Informação*, que integram o acervo documental do Arquivo da Câmara Municipal da Maia, e que privilegiámos como fontes do nosso trabalho, permitindo-nos conhecer com rigor o fenómeno emigratório, num tempo muito especial da História Contemporânea de Portugal.

Com este estudo de microanálise, pretende-se dar mais um contributo para o estudo dos emigrantes que partiram para a América do Sul. O levantamento dos *Boletins de Informação*, encontra-se inserido no âmbito do projeto de investigação do CEPESE, intitulado *A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas e discurso político*. Daí a escolha da América Latina, em detrimento de outros destinos escolhidos pelos emigrantes maiatos (França, Alemanha e África do Sul), para o período em questão.

O número de emigrantes provenientes do Concelho da Maia, em particular, e de Portugal no geral, para a América Latina, para o período aqui apresentado, apresenta um número inferior, se compararmos com época anteriores. A explicação encontrada deve-se à emigração – principalmente dos concelhos do norte de Portugal – para os países europeus. Temos uma Europa, num pós Segunda Guerra Mundial, sedenta de mão-de-obra não qualificada, mais próxima – facilidade em atravessar a fronteira terrestre –, e mais rentável.

A opção dos anos 1948 a 1974, como balizas cronológicas desta investigação, prende-se também com a passagem de competências administrativas, na emissão de passaportes ¹. As Câmaras Municipais passam a ser detentoras de todo o processo burocrático, fazendo agora parte integrante do périplo administrativo dos pedidos dos passaportes de emigrantes. Esta competência foi estabelecida com a homologação do decreto-lei n.º 36 558, de 28 de outubro de 1947², que criou a Junta de Emigração, integrada no Ministério do Interior. Este decreto-lei estabelecia a orgânica interna, e continha as disposições da emigração de carácter administrativo, essencialmente.

As Câmaras Municipais passam a ser as interlocutoras primordiais, entre o emigrante e o Ministério do Interior, através da Junta da Emigração, deixando os Governos Cívicos de poder emitir os passaportes de emigrantes, passando a emitir só o passaporte de viajante.

Em 1970, com a publicação do decreto-lei n.º 402, de 22 de agosto³, criou-se o Secretariado Nacional da Emigração, na Presidência do Conselho, extinguindo a Junta da Emigração. No entanto, as Câmaras Municipais continuaram a ter um papel preponderante entre o emigrante e o Estado português.

FONTES

Tendo como base da pesquisa o *Boletim de Informação* ⁴ – impresso, do Ministério do Interior, enviado através da Junta da Emigração (posteriormente pelo Secretariado Nacional da Emigração), de preenchimento obrigatório, pelo funcionário da Câmara – efetuou-se primeiramente a recolha destes, seguido do tratamento e análise dos dados.

Para melhor elucidar os pretensos emigrantes, quanto à questão da emissão do passaporte de emigrante, a Câmara Municipal afixava as *Instruções para*

1 Exceto nas ilhas adjacentes (Madeira e Açores) em que a parte burocrática da emigração continuou a cargo das secretarias dos Governos Cívicos.

2 PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

3 PORTUGAL. Presidência do Conselho – *Decreto-lei n.º 402/70*, de 22 de agosto, *Diário do Governo*, I Série – n.º 194, p. 1095.

4 PORTUGAL. Ministério do Interior. Junta da Emigração. *Boletim de Informação*, Mod. 299.

*emigrantes*⁵ – da Junta da Emigração – em locais de grande visibilidade. Estas instruções serviam essencialmente para o candidato a emigrante ter o conhecimento da documentação necessária que tinha de apresentar para o preenchimento do *Boletim de Informação*.

FIGURA N.º 1
Instruções para emigrantes



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Segundo o artigo 26.º do Decreto-lei n.º 36 558, “os pedidos de licença para emigrar serão apresentados diretamente pelos interessados na Câmara Municipal do Concelho da sua naturalidade ou domicílio, que coligindo os elementos necessários (...), remeterá o pedido, devidamente informado, à Junta da Emigração”⁶.

Como consequência deste Decreto-lei, as Câmaras passam a ser detentoras de uma vasta e rica documentação, a par dos processos de passaportes de emigrantes emitidos pelo Governo Civil, antes de 1947. Este *Boletim de Informação* representa o pedido do passaporte do pretense emigrante que, reunindo toda a

⁵ Listagem dos documentos a entregar na Câmara Municipal da Maia, para a obtenção do passaporte de emigrante. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

⁶ PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

documentação, se desloca à Câmara Municipal de onde é natural ou residente. Este pedido tem a obrigatoriedade de ser presencial.

Caso o emigrante fosse casado, a mulher deveria o acompanhar até Câmara Municipal – no ato de entrega da documentação/pedido do passaporte de emigrante – para, presencialmente, assinar o *Boletim de Informação*, confirmando que teve conhecimento da pretensão do seu marido, em emigrar e, assim, “dar a sua autorização”.

FIGURA N.º 2

Aviso



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Assim, se inicia a tramitação documental, entre o emigrante, a Câmara Municipal e o Estado, através da figura da Junta da Emigração e mais tarde do Secretariado Nacional da Emigração. É com base nesta documentação que vamos fazer uma análise quantitativa e qualitativa, dos emigrantes maiatos, para o período de 1948-1974. A partir de 1974, ano da “Revolução dos Cravos”, a Câmara Municipal da Maia deixa de ter processos de emigração. Este decréscimo tornou-se acentuado a partir, da década de 1970.

No decorrer do levantamento dos processos de emigrantes para obtenção do passaporte de emigrante, deparamo-nos com uma lacuna física, para o ano de 1949, não existindo nenhum processo de pedido de passaporte para emigrar.

No entanto, encontramos uma nota do funcionário da Câmara Municipal da Maia, no *Livro de Registo dos Processos de Emigrantes*⁷, onde se registava o movimento de processos de emigrantes organizados na Câmara para o ano de 1949 – 67 pedidos para emigrantes e 41 pedidos de retornados.

FIGURA N.º 3
Livro de registos dos processos de emigrantes

DATA	REQUERENTE		
	Nome	Morada	Distrito
Movimentação de processos de Emigrantes e Retornados nesta Câmara, nos anos seguintes:			
Ano de 1949			
	Emigrantes	Retornados	
	67	41	
Ano de 1950			
	165	57	
Ano de 1951			
	294	20	
Ano de 1952			
	225	17	
Ano de 1953			
Emigrantes		Retornados	
Ano	Mês	Ano	Mês

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Esta nota advém não só do zelo demonstrado pelo funcionário camarário, mas também, por determinação do Decreto-lei já referenciado, segundo os termos do parágrafo único, do artigo 26.º "as despesas resultantes deste serviço serão custeadas pela Junta da Emigração"⁸.

A Câmara Municipal para receber as despesas referentes à instrução de processos de emigrantes⁹, tinha de preencher a "(...) nota em duplicado do número de processos emigrantes organizados nessa Câmara, durante o ano corrente e enviados a esta Junta"¹⁰.

7 Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

8 PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

9 Eram pagos só os processos que se encontravam findos.

10 *Circular n.º 58/50-C*, de 30 de dezembro de 1950. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Era obrigatório o envio da nota discriminativa, “todos os meses até ao dia 10, impreterivelmente, relativa à organização dos processos novos de emigrantes e retornados do mês anterior, em virtude (...) [de] terem que entrar na 3.^a Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública até ao fim de cada mês”¹¹.

Como só existe este apontamento, para o ano de 1949 e por falta de dados mais precisos, vemo-nos obrigados, em termos de análise a ignorar este ano.

Por outro lado, relativamente à complexidade da questão dos acompanhantes – apesar de se ter levantado boa parte dos dados – optou-se por não se apresentar neste trabalho, já que existe uma multiplicidade de dados, que tomariam muito espaço neste trabalho.

1. CONCELHO DA MAIA

O concelho da Maia pertence ao distrito do Porto, sede do município com 83,70 km² de área. O município é limitado a norte pelos municípios da Trofa e de Santo Tirso, a leste por Valongo, a sueste por Gondomar, a sul pelo Porto, a sudoeste por Matosinhos e a noroeste por Vila de Conde.

É uma povoação antiquíssima, pois já existia no tempo de romanos, que lhe chamavam *Pallantia*. Ocupada pelos Suevos, no século V, que lhe mudaram o nome para *Amaia*, ou *Maia*.

No foral, outorgado a 15 de dezembro de 1519, por D. Manuel I, em Évora, pode-se ver que era detentora de um grande número de terras. Entre os anos de 1700 e 1836, o concelho era formado por 44 freguesias e englobava toda a faixa marítima entre o rio Leça e o rio Ave. Com as reformas administrativas iniciadas em 1836, por Mouzinho da Silveira, transformou-se num município autónomo, mas reduzido em área e em número de freguesias. Em 1857, chegou mesmo a ser extinto e foi necessário esperar até 1868 para que fosse restaurado.

Atualmente o concelho é constituído por 17 freguesias: Águas Santas, Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, S. Pedro de Fins, Pedrouços, Silva Escura, Vermoim e Vila Nova da Telha.

Foi elevada a cidade pela Lei 28/86, de 23 de agosto. Região tradicionalmente agrícola, hoje, o concelho é um centro industrial de grande importância devido ao

¹¹ Circular n.º 41/51-C, de 8 de novembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

lugar de destaque das indústrias alimentar, têxtil, siderúrgica, de material elétrico, de curtumes, e oficinas de estatuária.

Para melhor se entender o concelho da Maia, na década de 1950, reportamos ao ofício 12 que a Câmara Municipal da Maia enviou à Junta da Emigração, onde nos fornece elementos elucidativos sobre o movimento emigratório deste concelho. Assim, nesta época, era um concelho essencialmente agrícola, sentindo-se já uma forte atividade industrial (fábricas de moagem e tecelagem) e comercial. Devido à proximidade geográfica da cidade do Porto, uma grande parte da sua população encontrava-se empregada nesta, principalmente na construção civil.

Não havendo propriamente uma especialização de profissões, neste concelho “(...) pois, a grande parte exerce a sua profissão de construção civil, outra na lavoura e depois no comércio, operariado fabril – tecelagem, moagem e muitos – mesmo mulheres – exercem a profissão de operárias conserveiras, no vizinho concelho de Matosinhos. Existe também muita gente que exerce a profissão de tamanheiro” 13. E continuando a descrição “a situação económica do concelho pode-se considerar muito boa, graças à situação económica da lavoura, pela facilidade de colocação dos seus produtos na cidade do Porto e à fertilidade dos seus solos, havendo grandes fortunas de lavradores, industriais e de pessoas que as ganharam no estrangeiro” 14.

2. A DISTRIBUIÇÃO DA EMIGRAÇÃO MAIATA POR CONTINENTES

Começando por analisar a distribuição do volume de processos de pedidos de passaporte, por continentes, constatamos que estes emigrantes maiatos, apesar das dificuldades ao nível de transportes ainda existentes, e seus custos inerentes, conseguem se movimentar pelo mundo. E parafraseando Luís de Camões, nos seus versos imortais, “E, se mais mundo houvera, lá chegara” 15.

Como, se pode apreciar através da leitura do quadro n.º 1, temos um total de 5 854 de pedidos de processos de passaportes de emigrantes e, para uma melhor compreensão espacial, agrupámo-los por continentes:

12 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

13 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

14 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

15 *Os Lusíadas*, canto VII.

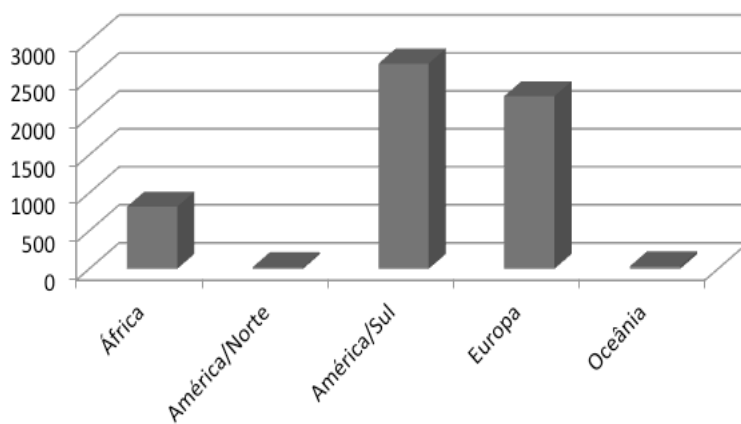
QUADRO N.º 1

Processos de emigrantes pedidos no concelho da Maia (1948-1974)

Continente		Total de pedidos
África		821
América	Norte	23
	Sul	2 706
Europa		2 274
Oceânia		35
Total		5 859

GRÁFICO N.º 1

Processos de emigrantes pedidos no concelho da Maia (1948-1974)



Na distribuição espacial dos processos de emigrantes, por continentes, temos mais especificamente:

- América do Norte: Estados Unidos da América (11) e para o Canadá (12).
- América do Sul: Venezuela (1502), para o Brasil (1200) e para a Argentina (4).
- Europa: França (1960), para a Alemanha (266), para o Luxemburgo (17), para a Bélgica (12), para a Suíça (5), para a Inglaterra, a Holanda, a Espanha (4), e para a Suécia e Itália (1).
- África: 821.
- Oceânia: 35.

Como já foi referido anteriormente, quem tutelava a emigração portuguesa era a Junta da Emigração, e esta impunha *numerus* nacionais para se emigrar. Daí, haver um controlo apertado, por parte do Estado português nas saídas dos emigrantes para o estrangeiro, ora por via administrativa ora por apreciações desfavoráveis e impedimento do Estado em relação a alguns países – como é o caso da Argentina¹⁶ – já que Junta da Emigração desaconselhava vivamente a ida destes, obrigando aos emigrantes que teimavam a contrariar este conselho, a declararem serem conhecedores das realidades existentes nesses países.

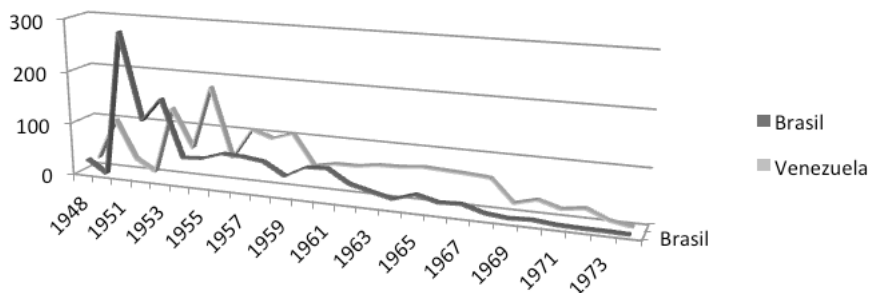
3. A EMIGRAÇÃO MAIATA PARA O BRASIL E VENEZUELA

Retomando o propósito deste trabalho, passa-se a examinar somente o *Boletim de Informação*, para o Brasil e a Venezuela, “esquecendo” a Argentina, devido ao número residual, que esta apresenta no caso do concelho da Maia.

¹⁶ Circular n.º 35/51-SE, de 22 de setembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal da Maia. A Junta da Emigração envia esta circular para alertar os pretensos emigrantes, dos acontecimentos na Argentina, que se transcreve: “Não permitindo as autoridades da Argentina transferências de quaisquer quantias, rogo para o esclarecimento dos pretensos emigrantes para aquele país, da impossibilidade de enviarem dinheiro para Portugal, mesmo que se destine ao sustento da família. De igual modo não lhes será permitido, em caso de regresso, trazer consigo quaisquer economias. Dos boletins que instruem os respetivos processos deverá constar, sempre, a indicação de que os interessados foram, a devido tempo, avisados desta proibição, para que mais tarde não aleguem ignorância e não reclamem, juntos dos consulados portugueses, providências impossíveis. Torna-se ainda indispensável que a manutenção das pessoas a seu cargo fique devidamente assegurada, uma vez que não lhes poderão prestar auxílio”.

GRÁFICO N.º 2

Emigração maiata para Brasil e Venezuela (1948-1974)



Como se pode verificar através do gráfico, temos três pontos altos da emigração: em 1951 (305), 1953 (291) e 1955 (232), seguido de outros pontos menores 1957 (169), 1958 (151) e 1959 (141).

A partir de 1961, é visível que a procura de emigrantes por estas regiões da América Latina foi reduzida. Temos uma Europa, mais perto, com melhor oferta de trabalho e melhores compensações monetárias e também porque a partir de 1961, Portugal entra em guerra com as suas colónias em África – Guerra Colonial¹⁷.

Se particularizarmos, o gráfico n.º 2 mostra que o pico da escolha dos emigrantes pelo Brasil situa-se em 1951 (280) e 1953 (159) e para a Venezuela em 1953 (132) e 1955 (179), 1957 e 1959 (105). Com a viragem para os anos 1960 deixa de haver tanta procura por estas regiões.

A preferência do Brasil para a primeira metade dos anos 1950, pode ter explicação porque a partir de 1948, houve suspensão dos vistos para a Venezuela, assim como as alterações cambiais. “Quase todos os emigrantes deste concelho destinavam-se ao Brasil, principalmente Rio de Janeiro – e depois São Paulo – Pernambuco e Santos. Mas ultimamente com a facilidade de envio e diferenças de câmbio os emigrantes voltaram-se para a Venezuela, estando atualmente muito reduzida em virtude das dificuldades dadas pelo governo daquele país, pelo que, de novo os emigrantes destinam-se ao Brasil”¹⁸.

¹⁷ Em 1961, começaram as guerrilhas no norte de Angola, atraindo a atenção mundial, para esta guerra. Os insurgentes, como as nações estrangeiras em geral e muitos dentro do país, subestimaram a tenacidade do Governo e capacidade da própria nação em tentar resolver o problema por via militar e por outros meios também.

¹⁸ *Ofício de 18 de julho de 1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração.

Em 1955, através da circular n.º 16/55, a Junta da Emigração, informa os serviços camarários da situação económica em que o Brasil se encontrava, “(...) cuja *repercussão* externa é a pronunciada desvalorização do cruzeiro, levou a Junta da Emigração a rever alguns aspetos da emigração para aquele país.”¹⁹

As autoridades brasileiras, em 1964²⁰, vão alterar profundamente as normas que regulavam a concessão de vistos de imigrantes a estrangeiros, criando vários impedimentos à entrada destes, mesmo para os portugueses.

O número de pedidos de processos para emigrar para a Venezuela aumentou a partir de 1953, o que pode ser explicado através da circular enviada pela Junta da Emigração à Câmara Municipal, onde se suspende a emigração para este país e através do ofício do Consulado dos Estados Unidos da Venezuela, onde pode ler-se:

“Para os devidos efeitos comunico a v. exa. que por ofício de 24 do corrente, o Consulado dos Estados Unidos da Venezuela em Lisboa informou esta Junta de que está suspensa, temporariamente, a entrada de emigrantes naquele país e que, conseqüentemente, não são concedidos vistos nos passaportes apresentados naquele consulado. Excetuam-se, os retornados que desejam regressar à Venezuela dentro do prazo em que lhe é concedido o visto de retorno, as mulheres casadas que se vão juntar aos maridos ali residentes e os filhos menores que vão reunir-se a seus pais (...)”²¹.

Com a chegada ao poder da Venezuela, pelo Presidente Marcos Pérez Jiménez e devido às suas ideias revolucionárias na questão de desenvolvimento do país, assistimos a uma abertura à imigração, por parte do governo venezuelano, entre os anos de 1954 e 1955, formalizado em vários decretos e circulares, incentivando, preferencialmente, a imigração de indivíduos com idade inferior a 35 anos, com boa saúde, sem antecedentes criminais e a saber ler e escrever²². Esta abertura vai também favorecer a reunião familiar, apadrinhada pelo governo venezuelano, como medida de fixação e integração destes na “nova” sociedade.

Relativamente à distribuição dos emigrantes por género, quer para o Brasil, quer para a Venezuela, e de acordo com os Boletins de Informação preenchidos, entre 1948-1974 na Câmara Municipal da Maia, como não poderia deixar de ser, foi predominantemente masculina, verificando-se os picos nos anos 1951 e 1955, para o Brasil e 1955 e 1957 para Venezuela, respetivamente.

19 *Circular* n.º 16/55 de 27 de julho de 1955. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

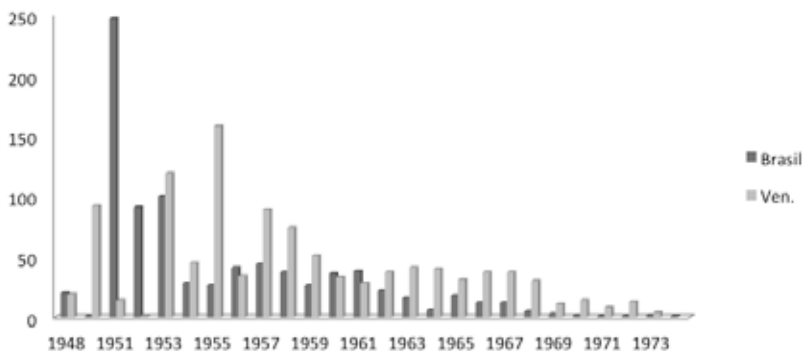
20 *Circular* n.º 2/64 de 27 de fevereiro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

21 *Circulares* da Junta da Emigração, de 29 de Dezembro de 1948. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

22 Os emigrantes, no momento do pedido do visto consular, tinham de realizar uma prova de conhecimentos no consulado venezuelano, em Lisboa, que consistia no ditado e leitura.

GRÁFICO N.º 3

Emigração maiata do sexo masculino para o Brasil e Venezuela (1948-1974)

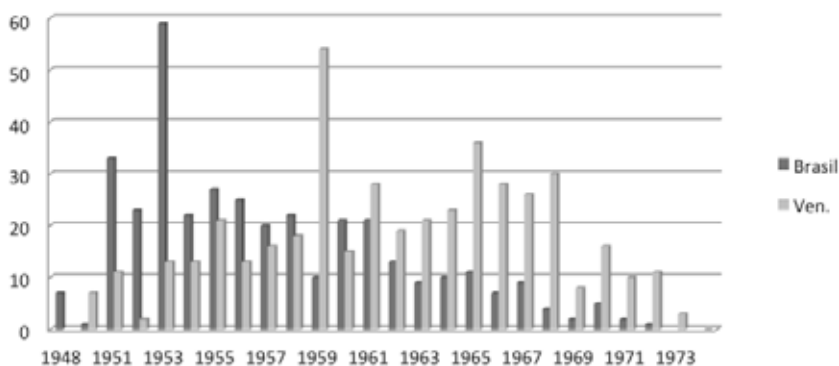


A partir dos anos 1960, temos esta emigração masculina dirigida, principalmente para França e Alemanha, onde a maior facilidade em atravessar a fronteira terrestre contribuiu para desviar parte dos destinos tradicionais da América do Sul.

Os homens partiam e depois de estabelecidos, quer fossem para o Brasil ou para a Venezuela, regressavam a Portugal para reunir ou mesmo casar com a mulher e namorada que ficou para trás, ou através de “cartas de chamadas” e contratos de trabalho, levar a restante família.

GRÁFICO N.º 4

Emigração maiata do sexo feminino para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



Com este gráfico, temos a continuação do que foi referenciado anteriormente, sendo a emigração feminina um complemento da emigração masculina, já que esta simbolizava a reunião familiar, essencialmente.

Como se pode verificar, as mulheres emigrantes, apresentam o maior volume nos anos de 1951 e 1953 para o Brasil e 1959 e 1965 para a Venezuela.

Apesar de a mulher ter entraves a nível administrativo, para a obtenção do passaporte de emigrante, através da carta de chamada ou mesmo do contrato de trabalho, lá conseguia sair. A mulher (solteira ou casada) tinha de ter autorização paterna ou marital, para se deslocar para outros países.

A própria Junta da Emigração impunha restrições às mulheres que viajassem sós, independentemente da idade e alertava através das *circulares* aos funcionários camarários para restringir e avisar as mulheres dos perigos de viajarem sós, mesmo com as cartas de chamadas de familiares.

No caso dos maridos ausentes em parte incerta, estas tinham de provar, através de documentos judiciais, o desconhecimento do paradeiro dos maridos, e só podiam viajar com uma autorização (especial) da Junta da Emigração.

Ainda e continuando com os dados baseados no preenchimento do *Boletim de Informação*, e por imposição do diploma legal do Decreto-lei n.º 36 558, como se referiu, o pretense emigrante, podia entregar a documentação, na Câmara Municipal da sua naturalidade ou de residência. Assim, da recolha de dados do *Boletim de Informação*, podemos dividir, quanto à questão da naturalidade, em três partes: os naturais do concelho da Maia, os naturais de outros concelhos e os portugueses nascidos no estrangeiro.

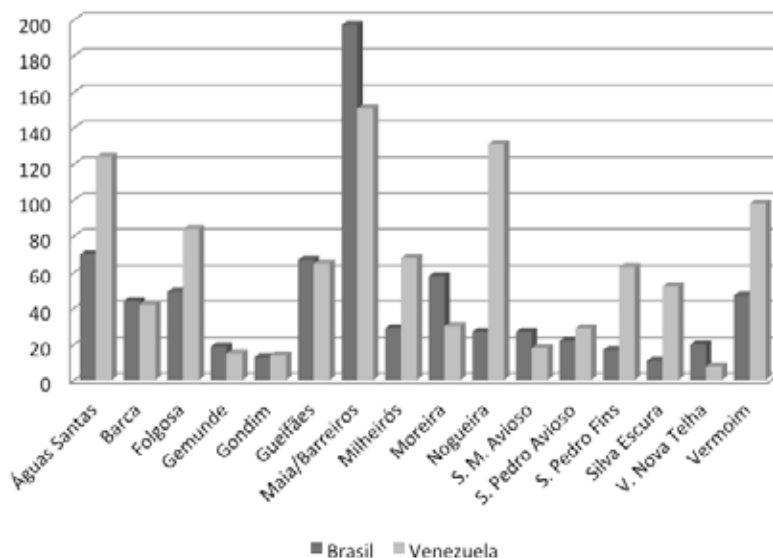
QUADRO N.º 2

Distribuição dos processos de emigrantes por concelho de naturalidade (1948-1974)

	Brasil	Venezuela
Maia	717	992
Outros	255	215
Estrang.	9	8
S/Ind.	219	287
TOTAL	1 200	1 502

GRÁFICO N.º 5

Distribuição dos processos de emigrantes por naturalidade no concelho da Maia (1948-1974)



Para os emigrantes nascidos no concelho da Maia, obteve-se os seguintes resultados. Para o Brasil, as principais freguesias fornecedoras de emigrantes são: Águas Santas (70), Gueifães (67), Moreira (58), Folgosa (49), Vermoim (47), Barca (44), Milheirós (29), Nogueira e S. Maria Avioso (27), S. Pedro Avioso (22), Vila Nova da Telha (20), Gemunde (19), S. Pedro de Fins (17), Gondim (13) e Silva Escura (11).

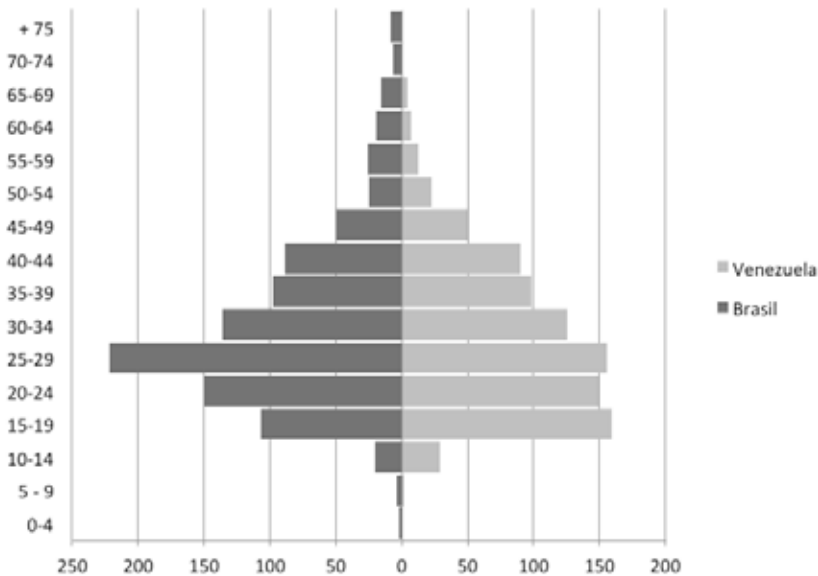
Para a Venezuela, destacamos a Maia/Barreiro (151), Nogueira (131), Águas Santas (124), Vermoim (98), Folgosa (84), Milheirós (68), Gueifães (65), S. Pedro de Fins (63), Silva Escura (52), Barca (42), Moreira (30), S. Pedro Avioso (29), S. Maria Avioso (18), Gemunde (15), Gondim (14) e Vila Nova da Telha (8).

De salientar que a freguesia da Maia é sede de concelho, denominada anteriormente como Barreiro.

Apesar de apresentar um número elevado de emigrantes, a freguesia de Águas Santas – que faz limite territorial do concelho da Maia com o concelho do Porto – podem levantar-se questões pertinentes. Os números aqui apresentados, podem não refletir a realidade, pois era mais fácil, a nível de deslocação, ir ao centro do Porto, do que à Câmara da Municipal da Maia, para solicitar o passaporte de emigrante.

Passando à análise das idades dos titulares dos emigrantes (Homens e Mulheres), fica bem patente no gráfico n.º 6, que os pretendentes emigrantes encontravam-se, no período de vida ativa (20 a 34 anos).

GRÁFICO N.º 6
Distribuição da emigração maiata
por grupos etários para o Brasil e Venezuela (1948-1974)

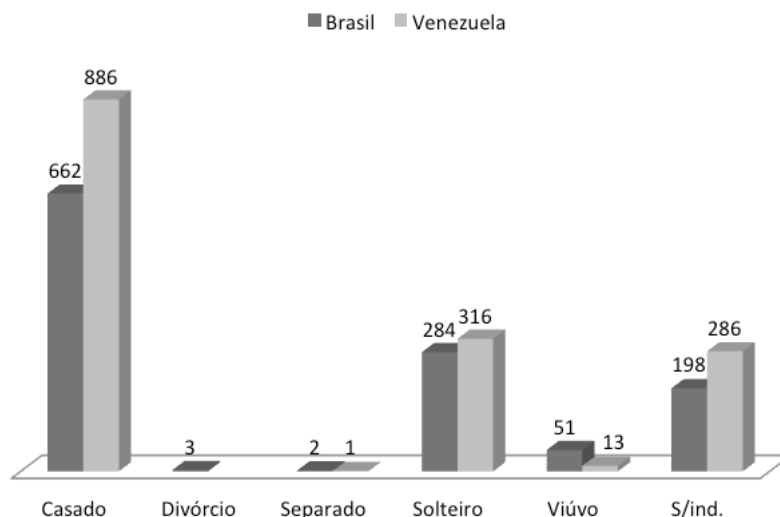


No entanto, para a Venezuela, o gráfico apresenta uma particularidade, pois o grupo etário dos 15 aos 19 anos, dos jovens adolescentes, destaca-se em relação ao Brasil. Temos a reunião familiar dos filhos.

Por outro lado, o grupo etário a partir dos 55 anos apresenta a “reunião familiar” ou o ir viver com os filhos que se encontravam no Brasil, já bem estabelecidos. Já não é reunião dos filhos com os pais, mas a reunião dos pais com os filhos.

É de acentuar, e na conformidade com os gráficos anteriores, que a emigração maiata concentra-se o número maior de pedidos de processos para a obtenção do passaporte de emigrante, nos anos 1950.

GRÁFICO N.º 7
Distribuição dos emigrantes maiatos por estado civil para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



Quanto à questão do estado civil, os emigrantes, como se pode ver através do gráfico n.º 7 – o número de processos pedidos para a obtenção do passaporte de emigrante –, são predominantemente casados, independentemente do seu género. Assim, temos 662 indivíduos para o Brasil e 886 indivíduos para a Venezuela cujo estado civil era “casado”, contra os 284 e 316, respetivamente para o Brasil e Venezuela, solteiros.

O destino declarado pelos emigrantes, nem sempre correspondia à realidade, pois estes escolhiam as cidades, pelo círculo familiar e/ou pela rede de amigos e conhecidos, e tanto podiam fixar-se nelas como podiam deslocar-se para outras regiões à procura de trabalho. Assim, observa-se que para o Brasil as principais entradas para onde se dirigem os cidadãos, são essencialmente o Rio de Janeiro (897) e S. Paulo (181). De acordo com as indicações do *Boletim de Informação*, aparecem ainda registadas localidades como Niterói (13) e Petrópolis (2). No caso da Venezuela, só temos uma entrada – a cidade de Caracas.

QUADRO N.º 3

Distribuição dos emigrantes maiatos por destino no Brasil (1948-1970)

1948-1974	
Brasil - Cidades	N.º Entradas
Baía	4
Belo Horizonte	3
Curitiba	1
Guanabara	4
Manaus	4
Maranhão	1
Niterói	13
Pará de Belém	4
Pernambuco	23
Petrópolis	2
Recife	6
Rio Grande do Sul	1
Rio Janeiro	897
S. Paulo	181
Santos	8
S/ind.	48
Total	1200

A escolha dos destinos – Brasil e Venezuela – e as características destas economias, conjugados com as profissões apresentadas pelos emigrantes²³, vão afetar os fluxos da emigração.

Segundo a apresentação das profissões pelos pretensos emigrantes, que variava entre o clérigo, comerciante, tamanqueiro, cortador de carnes verdes, tipógrafo, dama de companhia, motorista ou estucador, entre outras, optou-se por agrupar as profissões segundo não por sectores, mas por agrupamentos profissionais que tivessem afinidades.

²³ Aquando do preenchimento do *Boletim de Informação*, o pretense emigrante tinha obrigatoriamente de indicar a sua profissão conforme o Bilhete de Identidade. Também, tinha de apresentar uma declaração na Câmara Municipal da Maia, onde constava que exercia a profissão há mais de três anos.

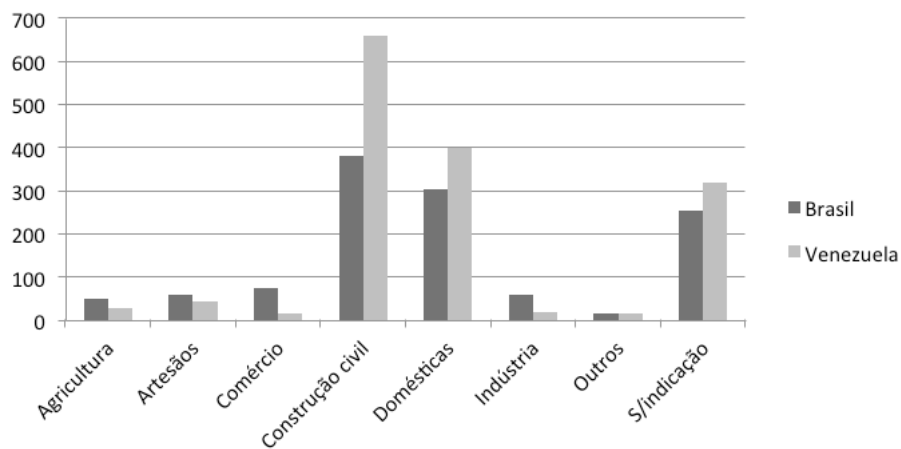
QUADRO N.º 4

Distribuição dos emigrantes maiatos por profissão para o Brasil e Venezuela (1948-1974)

Profissões	Brasil	Venezuela
Agricultura, trabalhadores rurais	51	29
Artesãos	59	45
Indústria	60	18
Trabalhadores do comércio	76	15
Construção civil	380	660
Domésticas	305	401
Outros	15	16
S/Indicação	254	318
Total	1 200	1 502

GRÁFICO N.º 8

Distribuição dos emigrantes maiatos por profissão para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



O perfil do emigrante para o Brasil assentava essencialmente, em trabalhadores rurais e no comércio, enquanto para a Venezuela temos as profissões ligadas à construção civil.

Na questão da profissão das mulheres – domésticas – há que realçar, que era muito mais fácil e económico apresentarem-se como domésticas, do que fazer prova da sua real profissão.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou constituir um contributo para o estudo da emigração maiata para a América do Sul – Brasil e Venezuela, através da análise de algumas fontes – o *Boletim de Informação* e as *circulares*, documentos fundamentais para a compreensão do processo burocrático e legal inerente ao processo de emigração.

Estas fontes revelam ainda os dados estatísticos relativos às características dos emigrantes do concelho da Maia: volume, destino, género, naturalidade, idades e profissões, entre 1948-1974.

Dos 5 859 *Boletins de Informação* estudados, podemos destacar o continente americano (2 729) e europeu como o destino privilegiado dos emigrantes maiatos.

Registámos, assim, no concelho da Maia, até aos anos 1960, uma emigração virada, sobretudo, para a América do Sul, tendo sido a Venezuela, o país de escolha privilegiado. Após o ano de 1961, aliada a uma Europa, mais apetecível em termos económicos e devido à conjuntura que Portugal atravessava, com o deflagrar da Guerra Colonial portuguesa, os emigrantes mudaram de rota, atravessando os Pirenéus em busca de um novo *El Dorado*.

É uma emigração, essencialmente masculina, de estado civil “casado”, com o maior número de emigrantes circunscritos na faixa etária compreendida entre os 20-34 anos, na fase de vida ativa. Deve-se realçar que, para a Venezuela temos uma emigração de reunião familiar mais jovem do que para o Brasil e, por sua vez, para este país, encontramos uma emigração de reagrupamento familiar, dos pais.

Maioritariamente, os emigrantes são naturais do concelho da Maia. Quanto às profissões, destacamos, no caso dos emigrantes para o Brasil, as atividades ligadas ao meio rural e ao comércio; enquanto que para a Venezuela, registamos sobretudo operários ligados à construção civil.

A emigração feminina é um prolongamento da emigração masculina catalisada pela procura da reunião familiar, essencialmente. A nível profissional, elas apresentam-se como domésticas, apesar de se acreditar, que muitas exerciam uma profissão em Portugal.

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Boletins da Informação*, 1948-1974.
Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Circulares da Junta da Emigração*, 1947-1974.
Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Circulares do Secretariado Nacional da Emigração*.
Correspondência recebida da Câmara Municipal da Maia, 1948-1974.
Diário do Governo, 1948-1974.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Mota, 2001 – “Maia”, in *Enciclopédia Verbo, Luso-brasileira de Cultura*, Século XXI. Lisboa: Edição Verbo.

BORGES, Marcelo J., 2009 – “Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de Portugal (séculos XIX e XX)”, in *Ler História – Emigração e imigração*. Lisboa.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch, 2011 – *História Económica de Portugal, 1143 –2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, 1875 – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geographico, Estatístico. Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, vilas e freguezias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

NOGUEIRA, Carlos Alberto S., 1994 – *Elementos de história económica portuguesa*. Edição LusoLivro

OLIVEIRA MARQUES, 1986 – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Palas Editores.

PEREIRA, Victor, 2009 – “Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)”, in *Ler História – Emigração e imigração*. Lisboa.

SAGRES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JÚNIOR, António Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-tatu.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda; SAGRES, Maria de Nazaré; SILVA, Susana Serpa (orgs.), 2011 – *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPESSE/Fronteira do Caos.

XAVIER; António de Abreu, 2009 – “A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea”. *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, outubro 2009, n.º 5. Lisboa: ACIDI.